

“A DITADURA NA AER DIZ ADVOGADO DOS CO



Ex-companheira de Luiz Eduardo Merlino, morto pelo regime militar, Angela Mendes, participa de debate de lançamento da edição 44

No debate de lançamento da edição 44 da Revista Adusp, a professora Maria Victoria Benevides chama atenção para o fato de que “sob muitos aspectos, infelizmente, a Ditadura continua”, razão pela qual é preciso continuar lutando contra sua herança opressiva e em defesa da democracia. O advogado da Federação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo, Roberto Sobral, entrega ao professor Fábio Konder Comparato um dossiê sobre a perseguição da Aeronáutica aos trabalhadores militares do controle de vôo

ONÁUTICA ESTÁ DE PÉ”, NTROLADORES DE VÔO



A edição 44 da *Revista Adusp* foi lançada, em 16 de abril, com a realização do debate intitulado “A Ditadura militar morreu?”. Os debatedores foram os professores Fábio Konder Comparato (FD), Gerhard Malnic (ICB) e Maria Victoria Benevides (FE), cabendo a coordenação ao professor João Zanetic (IF). Na ocasião, o advogado

Roberto Sobral, que representa a Federação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo (Febracta), pediu a palavra para denunciar as perseguições sofridas pelos controladores militares, objeto de ampla reportagem da revista.

Maria Victoria assinalou que, apesar da derrocada do regime ditatorial, e embora estejam em vigor hoje “as garantias importantíssimas da liberdade de expressão, de asso-

ciação, as eleições etc”, o que a revista “destaca muito bem, nos seus vários artigos, é que esta democracia se esgota nos seus aspectos políticos, que são essenciais, mas não são suficientes para que possamos falar em democracia”.

Não se pode portanto, ponderou Maria Victoria, afirmar que o Brasil viva em regime de plena democracia. “Entendemos plena democracia como muito mais do que

No entender de Fábio Konder Comparato, o regime militar “foi na verdade a manifestação mais repugnante de uma doença muito mais grave e persistente, que é a oligarquia”

isto que está aí, inclusive em termos políticos. Queria enfatizar o que a própria revista levanta, a começar pelo papel que continuam tendo as Forças Armadas, muito além do seu papel constitucional, no sentido de que em diversos momentos os três comandos das Forças Armadas, apoiados pelo Ministério da Defesa, se consideram acima da Constituição. É preocupante perceber não apenas como elas ainda têm poder, mas como ainda é grande o temor que elas inspiram. Sabemos como o medo pode ser fatal numa democracia”.

Nos governos civis pós-1985, disse a professora, houve muitas nomeações de militares que praticaram, na Ditadura, “ações que podemos chamar, sem dúvida, de terrorismo de Estado, clandestinas, criminosas, de tortura, e que foram agraciados com cargos em ministérios, órgãos públicos, embaixadas”. Isso só não ocorreu no atual governo, explicou, “por conta de uma pressão antecipada bastante grande”. Porém, “o poder exacerbado da Aeronáutica” manifestou-se na questão dos controladores de voo.



Advogado Sobral cumprimenta Comparato

Maria Victoria criticou também a resistência dos militares na questão da localização dos corpos e abertura dos arquivos relativos à Guerrilha do Araguaia. “Continuamos muito longe de uma democracia, entendendo que não há democracia sem respeito e garantias aos direitos humanos. Portanto, sob muitos aspectos, infelizmente, a Ditadura continua”. Por esta razão, adverte, é preciso “continuar lutando”.

Gerhard Malnic destacou a trajetória de alguns de seus antigos mestres e colegas na Medicina da USP, vítimas da perseguição ditatorial. “Quando li esta revista, me chamou obviamente atenção um capítulo sobre uma homenagem que a Faculdade de Medicina fez a oito professores exonerados, ou cassados, ou aposentados, que foram expulsos e ficaram sem reconhecimento real do que aconteceu com eles de 1964 e

1968 praticamente até hoje”, disse, salientando sua grande admiração tanto pela coragem quanto pela capacidade científica desses docentes: “Eu gostaria de lembrar a vida de alguns deles, que me deixou profundas marcas”.

Alberto Carvalho da Silva (seu orientador de doutorado) e Samuel Barnsley Pessoa foram os mais citados por Malnic. Ele também elogiou a firme atitude do professor José de Moura Gonçalves, então diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e que não admitiu perseguições na unidade. Por outro lado, Malnic lembrou o fato doloroso de que civis, docentes da USP, foram cúmplices das arbitrariedades.

Fábio Konder Comparato, por sua vez, expressou a convicção de que o regime militar brasileiro “foi na verdade a manifestação mais repugnante de uma doença mui-

Fotos: Daniel Garcia

**Professora Maria Victoria**

to mais grave e persistente, que é a oligarquia”. Para ele, os conflitos intraoligárquicos “estão na origem de todas as crises e mudanças políticas que conhecemos desde a época colonial”, nas quais “o estamento militar sempre representou o papel politicamente decisivo”, ou seja, o árbitro a quem cabia a última palavra.

“Se as Forças Armadas continuam a exercer esse poder de arbitragem dos conflitos entre os oligarcas é uma questão suscetível de debate. A meu ver continuam a exercer, mas de modo mais discreto. Porém, a dominação oligárquica permanece inabalável. Ela pode mudar a sua organização interna, mas continua a mesma. Significa que o grande ausente na história do Brasil é o povo. O povo sempre permaneceu afastado das instâncias de poder, nunca participou das grandes decisões políticas”.

Aberta a palavra ao público, a intervenção mais contundente foi a do advogado Roberto Sobral, da Febracta: “Nós processamos criminalmente o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Saito, e todo o Alto Comando, porque eles abandonaram todas as salas de controle de tráfego no Brasil em represália à tentativa de intervenção do presidente Lula. Eles chamaram o ministro Waldir Pires de ‘idiota’. E quando eu fui a uma promotora de Justiça Militar para contar esse fato, pedir providências, ela disse: ‘Mas doutor, é o Waldir Pires, o que o sr. queria que dissessem?’ O Ministério Público Militar não serve para nada. E a Justiça Militar é uma excrescência, um tribunal de exceção”.

Sobral entregou a Fábio Konder Comparato um dossiê sobre a questão dos controladores de vôo militares: “O senhor é um grande combatente e nós viemos aqui para buscar a sua força”, enfatizou o advogado, dirigindo-se ao jurista. “Porque, professor, encaminhamos [esse dossiê] ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em setembro de 2008, há mais de seis meses, na esperança de que esses documentos chegassem ao senhor, e não chegaram. Documentos que dizem respeito à oportunidade de conversar com o governo, que só nos recebe se for através da OAB. E até hoje a OAB não arrumou tempo para marcar um encontro com as autoridades do governo, acompanhando este advogado que está aqui, que nada recebe dos controladores porque eles não têm recursos para pagar. Que vive com grampo telefônico, eu posso exibir

aqui, fax com meu telefone. Com a vida em suspenso”.

O advogado da Febracta relatou que um controlador de vôo portador de hipertensão, reconhecida em laudo médico da Aeronáutica, foi impedido de obter licença para deixar a sala de controle de vôo. Criticou as manobras da FAB para atribuir aos controladores de vôo a responsabilidade pelos recentes desastres aéreos: “Chega ao ponto de eles reconhecerem uma falha no sistema de controle e dizerem, em relatório oficial ao TCU, que *não consertaram a falha para não dar razão aos controladores na defesa!* Um comportamento absolutamente criminoso”.

“Nós precisamos do socorro dos senhores. Acabou de chegar o presidente da Federação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo, que está impedido de ir a um encontro internacional, porque ele é um sargento e ele não pode representar, não há liberdade de associação para o controlador de tráfego. A Ditadura, senhores, na Aeronáutica está absolutamente de pé. Ela é efetiva e real e não há reação da sociedade civil”, concluiu, sob fortes aplausos.

Em fins de setembro, o Ministério Público Militar (MPM) ofereceu denúncia à Justiça Militar contra 89 controladores de vôo envolvidos na greve de 2007, enquadrados nos crimes de “atentado contra o transporte” e “motim”, previstos no Código Penal Militar. Os sargentos Edleuzo Cavalcante e Carlos Trifilio deverão responder também à acusação de “incitar à prática de crime militar”. A acusação pede que os controladores sejam expulsos da Força Aérea Brasileira (FAB).